

Brazilian Securities Companhia da Securitização

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**Assembleia Geral Ordinária
27 de abril de 2018**



BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14
NIRE: 35.300.177.401

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("BS" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 27 de abril de 2018.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, nos termos do item 10 (dez) do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481/09 encontra-se disponível no Anexo II a esta Proposta.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desempenhar seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, fundamentada pelo amplo suporte do seu controlador direto, o Banco PAN S.A. ("Banco PAN"), cujo bloco de controle é formado, por sua vez, pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Caixa Econômica Federal ("Caixa"), através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A.

A gestão do caixa e investimentos da Companhia é feita de forma centralizada através da Tesouraria do Banco PAN.

Abaixo fica demonstrada a evolução dos níveis de endividamento e índices de liquidez:

Índice de Endividamento Total	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1. Passivo Circulante	18.339	22.508	9.633
2. Passivo Não Circulante	170.009	161.364	6.213
3. Patrimônio Líquido	221.732	216.672	223.707
[(1+2)/3] = Índice	0,85	0,85	0,07

Índice de Endividamento Parcial	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1. Empréstimos	154.730	134.101	-
2. Derivativos	-	-	-
3. Patrimônio Líquido	221.732	216.672	223.707
[(1+2)/3] = Índice	0,70	0,62	0,00

Índice de Liquidez Corrente	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1. Ativo Circulante	110.719	130.545	63.980
2. Passivo Circulante	18.339	22.508	9.633
(1/2) = Índice	6,04	5,80	6,64

Índice de Liquidez Geral	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1. Ativo Total	410.080	400.544	239.553
2. Passivo Total	188.348	183.872	15.846
(1/2) = Índice	2,18	2,18	15,12

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido

NEP – Soma de Empréstimos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido

ILC - Ativo Circulante sobre Passivo Circulante

ILG - Soma de Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, sobre a soma de Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

b. estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

R\$ mil	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017
ON	77.864.966	77.864.966	77.864.966
Total	77.864.966	77.864.966	77.864.966

Em dezembro de 2015, 2016 e 2017, o capital social da Companhia permaneceu inalterado, em R\$ 174.201 milhões, composto por 77.864.966 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O quadro abaixo, demonstra a atual estrutura de capital próprio e de terceiros.

R\$ mil	31/12/2016	% em relação ao passivo total	31/12/2017	% em relação ao passivo total
1. Patrimônio Líquido	216.672	54,1	223.707	93,4
2. Capital de Terceiros (1)	183.872	45,9	15.846	6,6
(1+2) = Passivo Total	400.544	100,0	239.553	100,0

R\$ mil	31/12/2015	% em relação ao passivo total	31/12/2016	% em relação ao passivo total
1. Patrimônio Líquido	221.732	54,1	216.672	54,1
2. Capital de Terceiros (1)	188.348	45,9	183.872	45,9
(1+2) = Passivo Total	410.080	100,0	400.544	100,0

(1) Passivo Total excluindo-se o Patrimônio Líquido.

Não há hipótese de resgate de ações do emissor além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de seu endividamento, o seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia atualmente tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições, acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

R\$ milhões	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017
Ativo Circulante	110,7	130,5	64,0
Ativo Não Circulante	299,4	270,0	175,6
Passivo Circulante	18,3	22,5	9,6
Passivo Não Circulante	170,0	161,4	6,2
Índice de Liquidez Corrente (ILC)	6,04	5,80	6,6
Índice de Liquidez Geral (ILG)	2,68	2,18	15,12

ILC - Ativo Circulante sobre Passivo Circulante

ILG - Soma de Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, sobre a soma de Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Quando necessário, a Companhia capta recursos por meio de contratos com organismos multilaterais e instituições financeiras de grande porte, conforme item "f", os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha R\$ 9,6 MM de financiamentos de curto prazo e R\$ 6,2 MM de financiamentos de longo prazo.

Contratos de Dívidas				
R\$ mil		31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017
Com Garantia	BID	154.730	134.101	-
	Outros	12.947	17.066	4.215
Sem Garantia	Outros	20.671	32.705	11.631
Total		188.348	183.872	15.846

Com Garantia – BID, refere-se ao Empréstimo com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

Com Garantia – Outros, refere-se a Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI e Obrigações por Recebíveis Imobiliários.

Sem Garantia – Outros, refere-se a Derivativos (Swap - Hedge Captação BID) e Outras Obrigações a Pagar.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os investimentos da Companhia vêm sendo financiados com uma combinação entre capital próprio, geração própria de caixa, bem como recursos de terceiros. Quando necessário, e a um custo condizente, obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente aos nossos investimentos e às nossas obrigações.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Em 15/05/2015, a Companhia liquidou a linha de crédito captada junto ao BID, referente a contratos firmados nos anos de 2006 e 2010. Em 29/05/2015, a Companhia firmou um novo contrato de linha de crédito com o BID, no montante de até US\$ 125 milhões com vencimento em 15/02/2022, sendo US\$ 75 milhões com o BID e podendo ser ampliada em até US\$ 50 milhões com sindicalização do empréstimo no mercado. Em 2017, o contrato foi liquidado integralmente.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia tem um relacionamento ativo com outras instituições financeiras, tanto para aquisição de recebíveis imobiliários quanto para atividades de escrituração e liquidação de CRIs, cash management da Companhia entre outros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía registrado em seu passivo nenhuma operação com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Segue abaixo o grau de subordinação entre os contratos de dívidas

Contratos de Dívidas				
R\$ mil		31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017
Com Garantia	BID	154.730	134.101	-
	Outros	12.947	17.066	4.215
Sem Garantia	Outros	20.671	32.705	11.631
Total		188.348	183.872	15.846

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

(R\$ mil, exceto percentuais)

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	Dez/17	Dez/16	Dez/15	Δ Dez17/ Dez16	Δ Dez17/ Dez15
Caixa e equivalente de caixa	4.175	2.819	2.621	48,1%	59,3%
Recebíveis imobiliários	36.133	41.667	60.943	-13,3%	-40,7%
Instrumentos de dívida	137.025	293.795	272.413	-53,4%	-49,7%
Outros empréstimos e recebíveis	3.750	1.367	1.314	174,3%	185,4%
Benefício residual em operações securitizadas	11.214	2.927	8.433	283,1%	33,0%
Impostos Correntes	33.015	29.342	27.105	12,5%	21,8%
Impostos Diferidos	2.299	11.715	8.741	-80,4%	-73,7%
Outros ativos	11.942	16.306	27.913	-26,8%	-57,2%
Outros ativos intangíveis	-	606	597	-100,0%	-100,0%
Total do Ativo	239.553	400.544	410.080	-40,2%	-41,6%

Caixa e Equivalentes de Caixa

São compostos por caixa e depósitos à vista. Em 31 de dezembro de 2017, apresentou saldo de R\$ 4.175 mil, o que simbolizou um aumento de 48,1% se comparado a 31 de dezembro de 2016 e um aumento de 59,3%, comparado a 31 de dezembro de 2015.

Recebíveis Imobiliários

Inclui carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2017, apresentou saldo de R\$ 36.133 mil, o que representou uma queda de 13,3% se comparado com 31 de dezembro de 2016 e uma queda de 40,7% se comparado com 31 de dezembro de 2015.

Instrumentos de Dívida

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2017, esses instrumentos totalizaram R\$ 137.025 mil, o que representou uma queda de 53,4% se comparado com o exercício de 2016 e uma queda de 49,7% se comparado com 2015.

Outros Empréstimos e Recebíveis e Outros Ativos

Referem-se basicamente aos saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

Benefício Residual em Operações Securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desse benefício totalizou R\$ 11.214 mil representando um aumento de 283,1% se comparado ao saldo de R\$ 2.927 mil em 31 de dezembro de 2016 e um aumento de 33,0% se comparado ao saldo de 2015.

Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

(R\$ mil, exceto percentuais)

Passivo Circulante, Realizável a Longo Prazo e P.L.	Dez/17	Dez/16	Dez/15	Δ Dez17/ Dez16	Δ Dez17/ Dez15
Derivativos	-	16.465	-	-100,0%	0,0%
Obrigações por empréstimos no Exterior	-	134.101	154.730	-100,0%	-100,0%
Recursos de emissão de títulos	4.215	7.613	8.633	-44,6%	-51,2%
Impostos Correntes	922	3.883	3.772	-76,3%	-75,6%
Impostos Diferidos	304	4.932	7.615	-93,8%	-96,0%
Obrigações por aquisição de recebíveis	4.135	9.453	4.314	-56,3%	-4,1%
Diversos	6.270	7.425	9.284	-15,6%	-32,5%
Patrimônio Líquido	223.707	216.672	221.732	3,2%	0,9%
Total do Passivo	239.553	400.544	410.080	-40,2%	-41,6%

Passivos financeiros para negociação

Inclui o valor justo passivo da Companhia, dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (*hedge accounting*).

Obrigações por Empréstimos no Exterior

Inclui a captação de recursos junto a instituições no Exterior. Os empréstimos no Exterior são objeto de (*hedge accounting*). Esses empréstimos foram liquidados em 2017.

Recursos de Emissão de Títulos

Passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, esses recursos totalizaram R\$ 4.215 mil, ante a R\$ 7.613 mil em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações por Aquisição de Recebíveis

Essas obrigações, em 31 de dezembro de 2017, representavam R\$ 4.135 mil, que correspondem a uma queda de 56,3% se comparados a 31 de dezembro de 2016, quando essas obrigações totalizaram R\$ 9.453 mil e uma queda de 4,1% se comparado a 31 de dezembro de 2015.

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o período findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Abaixo segue análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R\$ Mil	2016	AV	2017	AV	AH
Receita/Despesa Operacional	7.233	248,9%	22.646	114,8%	103,7%
Recebíveis imobiliários	12.092	167,2%	7.910	34,9%	-34,6%
Benefício residual em operações securitizadas	3.975	55,0%	17.086	75,4%	329,8%
Receita de prestação de serviços	1.939	26,8%	1.011	4,5%	-47,9%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-10.773	-148,9%	-3.361	-14,8%	68,8%
Receita /Despesa Financeira	8.748	120,9%	8.865	39,1%	-57,3%
Receita financeira	90.802	1255,4%	40.171	177,4%	-55,8%
Despesa financeira	-82.054	-1134,4%	-31.306	-138,2%	61,8%
Despesas Gerais e Administrativas	-25.211	-348,6%	-17.094	-75,5%	-32,2%
Despesas com pessoal	-10.717	-148,2%	-3.617	-16,0%	-66,2%
Outras despesas administrativas	-12.079	-167,0%	-10.623	-46,9%	-12,1%
Despesas de impostos	-7.197	-99,5%	-5.938	-26,2%	-17,5%
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacional	4.782	66,1%	3.084	13,6%	-35,5%
Lucro/Prejuízo Bruto	-9.230	-127,6%	14.417	63,7%	-86,9%
Imposto de renda e contribuição social	3.213	44,4%	-4.902	-21,6%	-252,6%
Lucro/Prejuízo Líquido	-6.017	-83,2%	9.515	42,0%	-50,8%

Exercício 2017

Receita/Despesa Operacional

A receita/despesa operacional foi de R\$ 22,6 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2017 foi uma receita de R\$ 8,8 milhões, compreendendo basicamente a receita financeira de R\$ 40,1 milhões e a despesa financeira de R\$ 31,3 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício findo de 2017 foram de R\$ 17,1 milhões, tendo sido compostas principalmente por outras despesas administrativas, que corresponderam a R\$ 10,6 milhões das despesas gerais e administrativas, e pelas despesas com pessoal, que foram responsáveis por R\$ 3,6 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a uma despesa de R\$ 4,9 milhões.

Resultado Líquido

No exercício a Companhia reportou um lucro líquido de R\$ 9,5 milhões.

Exercício 2016

Receita/Despesa Operacional

A receita/despesa operacional foi de R\$ 7,2 milhões, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2016 foi uma receita de R\$ 8,7 milhões, compreendendo basicamente a receita financeira de R\$ 90,8 milhões e a despesa financeira de R\$ 82,1 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício findo de 2016 foram de R\$ 25,2 milhões, tendo sido compostas principalmente por outras despesas administrativas, que corresponderam a R\$ 12,1 milhões das despesas gerais e administrativas, e pelas despesas com pessoal, que foram responsáveis por R\$ 10,7 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a uma receita de R\$ 3,2 milhões.

Resultado Líquido

No exercício a Companhia reportou um prejuízo líquido de R\$ 6,0 milhões.

10.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas com juros e similares, resultado com locação e venda de imóveis, benefício residual em operações securitizadas e receita de prestação de serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Como evidenciado pelos componentes da receita da Companhia, a Companhia desenvolve atividades relacionadas à aquisição de créditos, emissão de CRIs e prestação de serviço na estruturação de operações de securitização (CRIs e CRAs), e tem reduzido o volume de suas operações.

Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário e que impactam na geração de créditos imobiliários, as atividades da Companhia são afetadas pelos seguintes riscos:

- a conjuntura econômica do Brasil pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, dentre outros fatores;
- eventual nova regulamentação ou condições de mercado, de corrigir monetariamente recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar a securitização inviável financeira ou economicamente;
- o grau de interesse dos compradores de CRIs ou CRAs podem ficar significativamente abaixo do esperado, tornando-o menos lucrativo do que o esperado ou podendo diminuir sua liquidez; e
- condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta reduzindo os ganhos da securitização.
- condições do mercado de agronegócios local ou regional, tais como o excesso de oferta reduzindo os ganhos da securitização.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Não aplicável

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não sofreu qualquer alteração nas atividades operacionais nos últimos 3 anos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia é uma empresa conservadora e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 não teve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que

modificou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em 31/12/2017

- IAS 19 (R1) – Benefícios a Empregados – regra determina que a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros para fins de contabilização de planos de benefícios definidos. Não foram identificados impactos relevantes para as demonstrações financeiras.

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – alterações contemplam a revisão do IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 – Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetivo para os exercícios iniciados em 01/01/2016, com adoção antecipada permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis.

- Alteração IFRS 11 – “Negócios em Conjunto” – A alteração compreende os critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos e operações controlados em conjunto, que constituem um negócio, conforme estabelecido no IFRS 3 – Combinações de Negócios. Efetivo a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessas alterações serão avaliados quando houver este tipo de operações em conjunto.

- Alteração IAS 16 – “Imobilizado” e IAS 38 – “Ativos Intangíveis” – normativo esclarece o princípio para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo de benefícios econômicos futuros do ativo. Efetivo a partir de 01/01/2016 e a adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis.

- Alteração da IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – tem o objetivo de incentivar as instituições a identificar quais são as informações que são relevantes para serem divulgadas nas suas demonstrações contábeis. É esclarecido que a materialidade se aplica para o conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo também as notas explicativas e aplicável para todo e qualquer requerimento das normas IFRS. Efetivo a partir de 01/01/2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.

- Alterações IAS 28, IFRS 10 e IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação – documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Efetivo

a partir de 01/01/2016 e adoção antecipada permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis.

- Alterações no IAS 27 – Demonstrações Separadas – alterações permitem a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Efetivo a partir de 01/01/2016. Os possíveis impactos estão sendo avaliados.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no exercício de 2010 a 2017 já foram de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer emitido pela BDO Brazil, em 07 de fevereiro de 2018, referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não apresentou qualquer ênfase ou ressalva.

O parecer emitido pela BDO Brazil, em 29 de março de 2017, referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não apresentou qualquer ênfase ou ressalva.

O parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 05 de fevereiro de 2016, referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não apresentou qualquer ênfase ou ressalva.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Não aplicável

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não existem ativos e passivos nessas condições nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:**
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

- c. novos produtos e serviços, indicando:**

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados no item 10.

ANEXO II

Comentários sobre a destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM 481/09.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 9,5 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Descrição	Valor R\$ mil	Valor por Ação ON	
		Bruto	Líquido de IRRF
Dividendos a pagar até 31.12.2018	2.260	0,03	0,03

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Descrição	Valor R\$ mil	%
Lucro Líquido do Exercício de 2017	9.515	-
(-) Reserva Legal	(476)	-
Base de Cálculo	9.039	-
Dividendos a pagar provisionados	2.260	25,00%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou JCP, além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros

sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

- 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

- 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Classe ação	2017 – R\$ mil	2016 – R\$ mil	2015 – R\$ mil
ON	9.515	(6.017)	7.159
Total	9.515	(6.017)	7.159

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Classe ação	2017 – R\$ mil	2016 – R\$ mil	2015 – R\$ mil
ON	2.260	-	1.700
Total	2.260	-	1.700

- 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 476 mil.

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Nos termos do estatuto social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Estatuto Social, a distribuição de dividendos será no mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme item 9.a.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não Aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva estatutária foi de R\$ 6.779 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante transferido para a Reserva Estatutária consiste no Resultado do Período, descontado a Reserva Legal e provisão para pagamento de Dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.